

## **Boletim Eletrônico Nº. 107 – 16 de Setembro de 2011**

**Este boletim contém as seguintes matérias:**

- **Presidente da AASPTJ-SP fala sobre depoimento sem dano para alunos de Psicologia**
- **Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico Sociais**
- **Previdência complementar**
- **Nota de falecimento**
- **Conferência livre de assistentes sociais, psicólogos e demais defensores dos direitos da criança e do adolescente**
- **Seminário: “O SUAS no Estado de São Paulo e as contribuições da Psicologia”**
- **QUANTA VERDADE O BRASIL SUPORTA? Debatendo a Comissão de Verdade**
- **VI Seminário de Saúde Mental e Trabalho do Grande ABC**

### **Presidente da AASPTJ-SP fala sobre depoimento sem dano para alunos de Psicologia**

Convidada para participar da mesa de debates sobre Psicologia Jurídica da Semana de Psicologia do Mackenzie sobre Depoimento sem dano e Síndrome da Alienação Parental, a presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, falou a alunos de graduação no último dia 13.

Durante a abertura do evento, a professora Leila Dutra de Paiva, coordenadora da mesa, explicou que os temas foram escolhidos pelos alunos que gostariam de debater temas polêmicos.



A primeira fala foi da psicóloga judiciária Claudia Suannes, que falou sobre a Síndrome da Alienação Parental. Para ela, é preciso antes de tudo entender a diferença entre o fenômeno e a Síndrome da Alienação Parental. A nomenclatura foi criada por um psicólogo nos anos 80, mas apesar de nomeado de síndrome, o fenômeno não é catalogado como doença. Claudia pontuou que é preciso levar em conta que quando falamos em alienação parental, pelo menos três pessoas

estão envolvidas. “Não dá para pensar na patologização de apenas um”, expôs.

Em seguida, Irene Pires Antonio, psicóloga do Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia, apresentou o “Projeto de escuta não revitimizante de crianças e adolescentes vítimas de violência”, do Tribunal de Justiça de São Paulo. Segundo a psicóloga, o objetivo do projeto é o de evitar o processo de revitimização da criança que precisa contar diversas vezes o que ocorreu para vários profissionais diferentes. Ela enfatizou que o projeto de São Paulo não é o mesmo que o depoimento sem dano/medo e que irá possibilitar que a criança seja escutada em ambiente menos austero que a sala de audiência, na qual a criança tinha que se comportar como um “mini-adulto”.

Elisabete trouxe para os alunos elementos polêmicos do projeto, o que levou o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Federal de Serviço Social a vedarem a participação de psicólogos e assistentes sociais neste tipo de prática. Ela lembrou a publicação do projeto no Diário Oficial, que trazia a “ameaça” do TJ-SP de que em caso de recusa dos assistentes sociais e psicólogos em participar, o Tribunal poderá pensar em contratar outros profissionais para o trabalho. Elisabete afirmou que não há necessidade de submeter uma criança a esse processo, há outras formas de escuta. Também apontou para o fato de o depoimento sem dano substituir o trabalho dos profissionais. “A procuradora Maria Regina Fay Azambuja, cita em sua obra que em Porto Alegre os juízes não querem mais laudo ou estudo psicológico porque é muito mais fácil perguntar à criança se houve ou não abuso”. Também citou a experiência da França, onde a criança é ouvida por policiais treinados durante quatro anos para exercer esta função. “Na capacitação de São Paulo, uma criança ficou quatro horas na sala de escuta”, expôs.



Durante os debates o conselheiro do CRP-SP Luiz Fernando de Oliveira Sarariva, colocou que a preocupação dos conselhos federal e regionais é com o papel do psicólogo e o cuidado das pessoas tratadas e não com a extração da “verdade”. Também afirmou que o CRP-SP aceitou monitorar o projeto de São Paulo. “O que não significa que somos a favor ou contra. Queremos conhecer antes de tomarmos uma posição definitiva”, alegou.

## **Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico Sociais**

O Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psicossociais, formado por psicólogos e assistentes sociais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, e que tem tido expressiva participação dos que atuam no Ministério Público, Fundação CASA, Defensoria

Pública, Sistema Prisional e no Tribunal de Justiça, nasceu da necessidade destes trabalhadores(as) pensarem juntos em formas de enfrentamento dos graves problemas que encontram em seu cotidiano profissional, marcado pela precarização dos serviços que são oferecidos à população atendida, e pela necessidade de participação, da resistência e da rearticulação das lutas destes segmentos.

As questões que vêm sendo debatidas no Fórum dizem respeito ao cotidiano profissional de assistentes sociais e psicólogos, bem como à necessária articulação de forças para sua reversão.

São elas:

- Aviltamento dos salários e das condições de trabalho;
- Redução da Jornada de Trabalho – 30 horas;
- Planos de Cargos e Salários que já nasceu sem contemplar as reais necessidades de progressão na carreira;
- Avaliação de desempenho com caráter punitivo, sem oferecer capacitações e condições do desempenho do trabalho adequadas; profissional e das equipes;
- Necessidades de reconhecimento institucional da periculosidade, insalubridade, penosidade do trabalho de assistentes sociais e psicólogos;
- Quinquênio e sexta-parte para todos os servidores assistentes sociais e psicólogos do Estado de São Paulo;
- Precarização do trabalho por falta de reposição dos quadros (ausência de concursos);
- Grande quantidade de demandas X reduzida capacidade de atendimento;
- Assédio moral, sexual e de gênero, relação autoritária entre chefias e subordinados;
- Formas alienantes de imposição de demandas à equipe, que não tem condições de pensar o seu cotidiano profissional;
- Desrespeito aos profissionais psicossocial vilipendiando seu código de ética profissional.

**Venha participar da próxima reunião do Fórum. Veja a programação abaixo. Essa luta também é sua!**

## **Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico Sociais**

*Data: 24 de Setembro de 2011*

*Local: Av. Celso Garcia, 4031 – Sede do SITRAEMFA - Tatuapé*

*Inscrições gratuitas pelo telefone (11) 3256-5011*

### **PROGRAMAÇÃO:**

**8H30 - Credenciamento**

**9H00 - Abertura**

**9H30 - Superexploração do trabalho e seu enfrentamento por Assistentes Sociais e Psicólogos – a necessária intensificação da luta pelas 30 horas**

Convidados:

Marcos Valdir Silva – Vice Presidente do CRESS/SP – “As 30 horas dos assistentes sociais e os riscos colocados a essa conquista histórica”

Maria Helena Machado – Psicóloga – Fundação Casa: “Luta das 30 horas dos psicólogos na Fundação Casa”

Fernanda Magano – Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos – “A luta nacional pela aprovação da Lei das 30 horas para os psicólogos”

Rogério Gianini – Presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo – “Intensificação do trabalho dos psicólogos que já conquistaram as 30 horas e a articulação no estado de São Paulo pela aprovação da Lei das 30 horas”

Neemias Souza Silva- Agente de Apoio Socioeducativo da Fundação Casa, delegado sindical de base do SITRAEMFA – “Apoio dos demais funcionários à Luta das 30 horas dos Psicólogos”

Julio Alves – Presidente do SITRAEMFA “A trajetória da luta do SITRAEMFA na defesa das 30 horas”

Elisabete Borgianni – Presidente da AASPTJ-SP – “Risco de desvalorização do trabalho dos assistentes sociais e psicólogos e a necessidade de articulação e da luta coletiva.

Maria Helena Machado – Psicóloga da Fundação Casa

Coordenação da Mesa – Assistente Social Marinalva Tozzi

### **11H30 Debate de Encaminhamentos**

Comissão Organizadora: Melina Miranda e Renata Silva (Defensoria Pública); Maria Helena Machado, Neuza Paiva, Marinalva Tozzi e Angela Aparecida (Fundação Casa); Isabel Arruda (Ministério Público); Fernanda Magano (Sistema Prisional); Elisabete Borgianni, Maria Helena Correa, Ligia Castelo Branco, Eliane e Lilian de Macedo (Poder Judiciário)

## **Previdência Complementar**

A primeira secretária Maria Helena Corrêa, esteve presente no Seminário organizado pela AFALESP e SINDALESP (Associação e Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), representando a AASPTJ-SP e a FESPESP, no dia 13/09/2011, última data para apresentação de ementas para alteração dos PLs 1992/2007, que tramita no Congresso Nacional, e PL 840/2011, apresentado pelo governo do Estado de São Paulo, que versam sobre a Previdência Complementar.

Em seguida, apresento um resumo do Projeto de Lei para conhecimento de todos, desde já chamando a atenção para a derrocada do desmonte do serviço público, através desta formalização de previdência privada/complementar, que não traz garantias aos atuais servidores públicos, inscritos no regime anterior a publicação da lei, para uma aposentadoria integral dos seus vencimentos.

### **PROJETO DE LEI Nº 840, DE 2011- PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

#### **Projeto do Executivo cria previdência complementar**

*Novo regime vale para os servidores que ingressarem no serviço público após a lei*

A Assembleia Legislativa publica hoje o Projeto de Lei 840/2011, do governador, que institui regime de previdência complementar no Estado de São Paulo.

Além disso, o projeto fixa limite máximo para o valor das aposentadorias e pensões e autoriza a criação da SP Prevcom. A proposta está embasada nos dispositivos da Constituição Federal e nas leis complementares federais 108 e 109 de 2001, que tratam dos parâmetros para a implantação de previdência complementar nos entes da Federação. A medida se aplica somente aos servidores que ingressarem no serviço público estadual a partir da promulgação da lei.

#### **Teto do Regime Geral**

Para os futuros servidores civis e militares, o Projeto de Lei 840/2011 fixa o teto de proventos igual ao do Regime Geral de Previdência Social.

Segundo a Secretaria da Fazenda, 70% daqueles que ingressarem na administração direta paulista não terão qualquer diferença em relação ao regime atual. Para os restantes 30%, que deverão, no decorrer de suas carreiras, alcançar remuneração superior a esse teto, a previdência complementar permitirá a capitalização de uma contribuição extra em contas individuais, para garantir proventos maiores.

O projeto prevê também a criação da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SPPrevcom), para gerir o sistema complementar.

A SPPrevcom vai oferecer, além da aposentadoria complementar, planos de benefícios diferenciados para funcionários celetistas que ganharem acima do teto do RGPS, em cumprimento a previsão contida na Lei Complementar federal 109/2001.

### **A conta da previdência**

No Ofício 450/2011, o secretário da Fazenda, Andrea Calabi, explica que o Ministério da Previdência Social determinou que os regimes de previdência estaduais adotem, até dezembro de 2011, o sistema de capitalização. Em São Paulo, isso significa, segundo a Fazenda Estadual, um impacto orçamentário médio de cerca de R\$ 950 milhões ao ano. Explica-se: sendo o capital decorrente somente do valor arrecadado, da rentabilidade do investimento e da expectativa de vida dos servidores beneficiários do atual sistema, o eventual déficit gerado pelos reajustes de vencimentos e aumento de teto remuneratório recaem sobre o Estado de São Paulo.

A conta aumenta também com o crescimento da despesa de custeio do regime previdenciário estadual. Segundo dados da Secretaria da Fazenda, em 20 anos o custeio será equivalente a duas vezes o custo da folha de pagamento dos servidores ativos. Neste ano, o custeio, que equivale a 82% da folha de pagamento, é de R\$ 17 bilhões.

### **A SPPrevcom**

O projeto prevê a SPPrevcom com autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de RH. A fundação será constituída de conselho deliberativo, integrado por seis membros titulares e seis suplentes, e conselho fiscal, composto de quatro membros e quatro suplentes. A representação é paritária entre membros indicados pelo Poder Executivo e participantes e assistidos pelo regime complementar. Também serão criados um comitê gestor para cada plano de benefícios, e um comitê de investimentos.

### **Novas regras**

Fica fixado como teto de aposentadoria dos novos servidores o teto adotado pelo Regime Geral de Previdência, (atualmente R\$ 3.691,74).

O regime complementar vale para:

Servidores que ingressarem no serviço público estadual a partir da promulgação da lei;

Servidores celetistas que receberem acima do valor do teto e quiserem complementar sua aposentadoria.

É optativo para os servidores atuais que têm remuneração inferior ao teto e quiserem complementar sua aposentadoria.

A contribuição será:

De 11% sobre valor dos vencimentos para se aposentar com o valor do teto;

De 11% mais complemento de 7,5% para se aposentar integralmente.

O governo também aumentará sua parte da contribuição na mesma proporção que o participante.

**Maria Helena Corrêa, primeira secretária**

## **Lançamento do livro “Psicologia Judiciária para concursos da magistratura”**

Na última quarta feira (14/09/2011) as associadas Evani Zambom Marques da Silva e Lidia Rosalina Folgueira Castro protagonizaram o lançamento de seu livro “Psicologia Judiciária para concursos da magistratura” na Fenac-SP.

As diretoras da AASPTJ-SP, Esther Katayama e Monica Carteiro e outros profissionais do Judiciário paulista estiveram prestigiando o evento e puderam verificar que se trata de uma obra que apresenta a importância e a contribuição da Psicologia Jurídica no contexto forense, a fim de subsidiar aqueles que pretendem adentrar na área da magistratura.

Entendemos que é de grande importância a publicização dos conhecimentos técnicos do Serviço Social e Psicologia, especialmente dos colegas do Judiciário e, para tanto, incentivamos seu contato para informar-nos sobre suas teses ou livros para que divulguemos nos boletins da AASPTJ-SP.

**Esther Katayama, primeira tesoureira**

### **Nota de falecimento**

Caros (as) amigos (as),

Com imensa tristeza, comunicamos o falecimento de Nadir Gouvea Kfourri, nossa querida professora, ontem dia 13 de setembro, em São Paulo.

Reitora de nossa Universidade entre 1976 e 1984, primeira reitora eleita pelo voto direto de toda a comunidade acadêmica, foi uma defensora da PUCSP diante das arbitrariedades da Ditadura Militar, abriu as portas da Universidade Católica para intelectuais perseguidos por essa Ditadura e iniciou a reconstrução do TUCA após os incêndios criminosos de 1984.

Intelectual combativa, fortemente comprometida com a luta por direitos humanos, assistente social formada em 1938 pela Escola de Serviço Social, primeira do país, a qual dirigiu entre 1953 e 1957, com pós graduação no National Catholic School of Social Service de Washington, consultora da ONU, foi docente em diversos países europeus e latinoamericanos e no Brasil.

Foi também Diretora e assistente social da Legião Brasileira de Assistência - LBA em São Paulo e da Secretaria do Bem Estar Social do município.

Deixa para a Universidade e para o Serviço Social brasileiro, um enorme legado, expresso, entre múltiplas conquistas, pela construção da primeira Pós Graduação em Serviço Social no país.

A ela nossa gratidão, nosso reconhecimento e nossa saudade

Profas. Raquel Raichelis e Maria Carmelita Yazbek  
Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da  
PUC-SP

## **Eventos**

**Conferência livre de assistentes sociais, psicólogos e demais  
defensores dos direitos da criança e do adolescente**

# Conferência livre de assistentes sociais, psicólogos e demais defensores dos direitos da criança e do adolescente

**Tema: Escuta ou inquirição? Os impactos da judicialização na rede de proteção à criança e ao adolescente**

**30 de setembro de 2011 de 09 às 18hs UERJ/Auditório 91**

Rua São Francisco Xavier, 524 - Maracanã / 9º Andar

## Programação

### Manhã

#### Mesa de abertura

**Mesa redonda: A proteção integral de crianças e adolescentes e sua interface com as políticas públicas**

**Pedro Pereira.** Advogado, Coordenador Executivo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro

**Eunice Fávero.** Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

**Esther Arantes.** Psicóloga, Professora da UERJ

*Coordenação: Eufrásia Maria Souza das Virgens - Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro*

### Tarde

#### Grupos de trabalho

**Plenária Final,**  
com encerramento da  
Prof. Leila Torraca, da UERJ

Realização:



Apoio:



**Seminário: “O SUAS no Estado de São Paulo e as contribuições da Psicologia”**

**Data:** 23 de setembro de 2011

**Horário:** das 08h30 às 18h00

**Local:** Auditório do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP 06

**Endereço:** Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América, São Paulo, SP.

**Importante:** Sua reserva será garantida até às 09h00.

Entrada gratuita

**08h30 às 09h00** Credenciamento e Café de Boas-vindas

**09h00 às 09h30** Abertura

**Maria de Fátima Nassif** – Conselheira Vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP 06, é Coordenadora do Núcleo História e Memória da Psicologia e de Comunicação, onde desenvolve principalmente os seguintes temas: ética nas comunicações, manipulação de informações, concentração dos meios de comunicação e publicidade voltada para a criança. É graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou em Saúde do Trabalhador, em Prevenção e educação em saúde, e como docente do Senac-SP em Psicologia do Trabalho. Atualmente atua na área de Assistência Social do Estado de S.Paulo.

**Humberto Cota Verona** – Conselheiro Presidente do CFP

**Rogério Giannini** – Presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo - SINPSI

**Joari Carvalho**, Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP 06, coordenador da Comissão de Assistência Social do CRP 06 e psicólogo social da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania e Inclusão Social de Suzano – SP.

**09h30 às 11h30** MESA/Painel: “A implantação do SUAS no Estado de SP e as contribuições de profissionais de psicologia: desafios e possibilidades para a gestão da política pública de assistência social”

Essa mesa/painel busca apresentar o processo e o estado atual de implantação do SUAS no Estado de SP e as contribuições dos profissionais de psicologia, do ponto de vista da gestão da política pública, do controle social e do exercício profissional.

**Fabiana Itaci Corrêa de Araújo** - Psicóloga formada pela Universidade de Taubaté-UNITAU. Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. Especialista em Política Social e Gestão Institucional pela UNITAU. Professora substituta de Psicologia Social, no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás-UFG (campus cidade de Goiás).

**Rodrigo Garcia** (a confirmar) – Secretário Estadual de Desenvolvimento Social.

**Salete Dobrev** (a confirmar) – Presidenta do Conselho Estadual de Assistência Social – Conseas-SP.

**William Lisboa** – membro da Comissão Executiva do Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo e articulador do Fórum de Assistência Social do Estado de São Paulo.

**Coordenação:** Joari Carvalho

**11h30 às 12h00** Debate

**12h00 às 14h00** Intervalo

**14h00 às 16h30** MESA/Painel: **“O SUAS e alguns de seus desafios no Estado de São Paulo”**

Essa mesa/painel busca levantar questões e promover propostas da e para psicologia sobre temas importantes e ainda pouco debatidos e aprofundados nos serviços sócio-assistenciais na gestão da política de assistência social, apesar de estarem previstos na PNAS/Suas e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: população em situação de rua, usuários(as) de drogas e idosos(as).

**Walter Varanda** - Doutorado em Saúde Pública pela FSP/USP (2009) com o tema “Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua”, mestrado em Saúde Pública pela FSP/USP (2003), graduação em Psicologia pela Universidade São Marcos (1997) e graduação em Engenharia Industrial Mecânica pela PUC-MG (1983). Experiência profissional clínica; coordenação de projetos psicossociais para a população de rua em organizações da sociedade civil, poder público e como empreendedor social pela Ashoka.

**Luciana Bolognini** - Socióloga formada pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Pós-Graduada do curso de Especialização em Assistência social e Gestão do SUAS. Trabalha como Especialista em Desenvolvimento Social, na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

**Rosana Maria Gomes** - Psicóloga formada na Universidade Católica de Santos, 1986; Pós-Graduação lato sensu na área da Saúde (FUNDAP - Hospital Guilherme Álvaro)1989; Ocupante do cargo de Psicólogo na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Santos desde 1990 onde integrou as equipes de Centro de Convivência de Idosos ; da implantação da 1ª República de idosos do Brasil; Chefiou as equipes de atendimento aos idosos vítimas de violência e suas famílias (2000-2009); Responsável Técnico pela Tecnologia Social Vovô Sabe Tudo, ganhadora do Prêmio Fundação Banco do Brasil como a melhor da Região Sudeste (2009); Chefe da Seção de Apoio Técnico - Proteção Social Especial.

**Coordenação:** Luis Fernando de Oliveira Saraiva – Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP 06, componente da Comissão de Assistência Social do CRP 06.

**16h15 às 16h30** Debate

**16h30 às 16h45** Intervalo

**16h45 às 18h00** **Roda(s) de conversa com psicólogas (os) que atuam assistência social**

**Tarefa:** avaliação das mesas/painéis e propostas de encaminhamentos para a CAS e o CRP SP.

**18h00** Encerramento

**Informações:**

Departamento de Eventos do CRP SP  
Tel.: 3061.9494, ramais 111, 130, 137 e 317

E-mail: [eventos@crpsp.org.br](mailto:eventos@crpsp.org.br)

**Estacionamento: Car Park**

Rua Cardeal Arcoverde, 201.

Para obter o desconto, retire o selo na recepção do CRP SP

## **QUANTA VERDADE O BRASIL SUPORTA? Debatendo a Comissão de Verdade**

### **Dia 19 de setembro**

16 horas

Ditadura militar ou ditadura civil?

Vladimir Safatle (Filosofia/USP)

Marcelo Ridenti (Sociologia/Unicamp)

Douglas Barros (Filosofia/PUC de Campinas)

19 horas

O passado do atual Estado Democrático de Direito

Luiza Erundina (Deputada Federal)

Paulo Arantes (Filosofia/USP)

### **Dia 20 de setembro**

Local: Auditório da Geografia

Prédio de História e Geografia (FFLCH/USP)

Av. Prof. Lineu Prestes 338, Cidade Universitária, SP

16 horas

Comissão da Verdade ou Comissão de conciliação?

Edson Teles (Filosofia/Unifesp)  
Maria Rita Khel (Psicanalista)  
Eugênia Fávero (Procuradora da República)

19 horas

O Brasil como pária do Direito Internacional

Deisy Ventura (Relações Internacionais/USP)

Flavia Piovesan (PUC-SP)

Local: Sala 14

Conjunto Didático de Filosofia e Ciências Sociais (FFLCH/USP)

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, Cidade Universitária, SP

Informações e inscrições: [www.fflch.usp.br/df](http://www.fflch.usp.br/df)

## **VI Seminário de Saúde Mental e Trabalho do Grande ABC**

### **VI Seminário de Saúde Mental e Trabalho do Grande ABC**

Saúde Mental e Trabalho: Desafios e Perspectivas no SUS

**Data: 27.10.2011**

Local: CENFORPE - São Bernardo do Campo



Inscrições

[saudementaetrabalho.grandeabc@hotmail.com](mailto:saudementaetrabalho.grandeabc@hotmail.com)

## EXPEDIENTE

### **AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Diretoria:** Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Catarina Volic, – 1ª Secretária – Maria Helena Correa, 2ª Secretária – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2ª Tesoureira – Paulo Eduardo Bezerra,

**Conselho Fiscal:** Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Magda Melão Suplentes: Elaine Cristina Major Ferreira e Deise Rodrigues Amorim

**Conselho Editorial:** Maria Helena Correa, Mônica Giacomini, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação  
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

**Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo boletim e da Diretoria da AASPTJ-SP.**